

D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – COMANDANTE MILITAR¹

Abílio Lousada

Ícone Português, o tempo de D. Nuno Álvares Pereira fechou o ciclo fundacional da Nação Portuguesa, um espaço temporal de dois decénios firmado pela espada e pela cruz e que tem no Condestável que foi e no Santo que é a simbiose perfeita do Estado-Nação que somos! Realmente, a sua vida e obra calam fundo no imaginário português, para quem o Homem é um modelo de virtudes, o militar um «saber de experiência feito» e o Santo a exaltação espiritual de um humilde.

Vida e Virtudes de um Predestinado

Criado no aconchego da corte de D. Fernando, onde foi armado escudeiro aos 13 anos pela rainha D. Leonor Teles, imaginou-se na Távola Redonda do mítico rei Artur, qual Galaaz que coloca a espada ao serviço da Dama Celeste, defende os mais desfavorecidos e procura o Santo Graal. «Atirado» para os campos de batalha por uma crise sucessória que coloca em perigo a Terra Portucalense, levanta-se em armas em apoio do Mestre de Avis D. João. Está presente, como conselheiro militar e homem de acção, na conquista de Ceuta, génese da presença portuguesa no mundo. Figura de referência do Reino de Avis, une-se por laços familiares àquele a quem serviu durante toda a vida, ao casar a filha

Beatriz com Afonso, filho de D. João I de Portugal, originando a Casa de Bragança, que resgataria dois séculos depois a independência portuguesa, perdida para a

Cronologia D. Nuno Álvares Pereira

- ◆ 1360 (24 Junho?): Nasce em Cernache do Bonjardim? (Sertã).
- ◆ 1373: Armado escudeiro pela rainha D. Leonor Teles.
- ◆ 1383-1385 – Apoia o «partido» de D. João, Mestre de Avis, durante a crise dinástica.
- ◆ 1384 (6 Abril): Nomeado fronteiro do Alentejo, derrota os castelhanos na Batalha dos Atoleiros.
- ◆ 1385 (6 Abril): Nomeado Condestável do Reino por D. João I.
- ◆ 1385 (14 Agosto): Organiza o dispositivo e comanda a vanguarda do Exército Português que, em Aljubarrota, destroça o exército castelhano.
- ◆ 1385 (15 Outubro): Vitória em Valverde.
- ◆ 1415 (21 Agosto): Participa na conquista de Ceuta.
- ◆ 1431 (01 Abril?): Morre no Convento do Carmo, depois de aderir à Ordem Carmelita, em 1423.
- ◆ 1918 (23 de Janeiro): Beatificado pelo Papa Bento XV.
- ◆ 2009 (26 Abril): Canonizado como São Nuno de Santa Maria, pelo Papa Bento XVI.

¹ Decorrente da comunicação apresentada no Seminário das Missões/Cernache do Bonjardim, no âmbito do Colóquio «O Santo Condestável. Construtor Da Nação Portuguesa», a 22 de Julho de 2023.

tutela filipina. Já sexagenário e com o ‘mundo a seus pés’, renunciou a uma velhice mundana plena de regalias indo ao encontro dos desafortunados da vida e devotando-se a Deus, morrendo envolvido por uma aura de santidade junto do povo.

Uma vida de tal grandiosidade que só não ultrapassa a personagem porque esta assenta na magnanimidade própria dos vencedores e na nobreza de carácter que timbra os grandes senhores.

Comandante Douto e Ciente



Condestável D. Nuno. EPI/Escola das Armas, Mafra.

D. Nuno não foi, verdadeiramente, um inovador tático, ou seja, quando em Atoleiros mandou apear a tropa para combater um adversário montado, ou trabalhou o terreno em Aljubarrota para dificultar a ofensiva castelhana, não estava a fazer uso de pressupostos militares ímpares à época. Na verdade, adoptou e adequou em proveito português a arte militar redigida pelo romano Flávio Vegécio (Séc. V) e testada com sucesso pelos ingleses na Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

Guerra que teve como principais antagonistas a França dos Capetos e a Inglaterra dos Plantagenetas, envolvendo actores por procuração como Castela e Portugal, alinhados pela França e pela Inglaterra, respectivamente. Ao olharmos para aqueles dois contendores, podemos ver duas ‘escolas militares’ e duas mentalidades sociais distintas, perceptíveis nos campos de batalha.

Os franceses continuavam imbuídos pelo espírito cavaleiresco da guerra, típico dos tempos áureos do Feudalismo, tendo na pesada cavalaria o seu principal elemento de combate. Quanto à tropa apeada, além de ser mal preparada para a guerra, sentia da parte do homem de armas completo desprezo. Assim, os contingentes militares franceses, compostos essencialmente por cavaleiros dispostos segundo a ordem paralela, eram uma força que se resumia à importância da primeira linha, combatendo sem organização, disciplina, unidade ou coesão,

acreditando que o sucesso se resgatava pelo choque e a bravura. Qual paradoxo, nem a derrota deste sistema nas Batalhas de Courtrai (1302), Crecy (1346), Poitiers (1356) e Agincourt (1415) desviaram um *modus belli* gaulês, ultrapassado pela evolução técnica e tática da guerra. Do mesmo modo, não deixa de surpreender que Castela tenha adoptado semelhante conceito militar contra Portugal no âmbito da Guerra da Independência. Com os mesmos resultados desastrosos.

Relativamente aos ingleses, o serviço militar era obrigatório para todas as classes sociais. Em consequência, 4/5 do exército era constituído por tropa apeada devidamente treinada, cujos serviços eram apreciados. O uso da besta foi restringido, devido à reduzida cadência de tiro, pese embora o seu alcance, pontaria e potência, sendo complementada pelo Arco Longo (*long bow*), arma mais prática e com uma cadência de tiro quatro vezes superior. Relativamente à cavalaria, mantendo intactas as suas prerrogativas de casta, estava, contudo, preparada para combater a pé, caso fosse tacticamente desejável. Algo que também distinguia os ingleses era a unidade de comando e a disciplina das tropas, não existindo clivagens de classe. Ponto último, e inovador, prende-se com a utilização judiciosa do terreno para o empreendimento de operações militares defensivas, em que os dispositivos de combate eram implantados atendendo às especificidades do adversário.

O que referimos revela o talento de D. Nuno Álvares Pereira em acompanhar a evolução militar do seu tempo, interiorizando preceitos técnico-táticos capazes de ‘revolucionaram’ com sucesso a forma de fazer a guerra em Portugal. É um homem culto, que formou e temperou o carácter guerreiro nos romances de cavalaria e que se terá doutrinado militarmente nos «manuais» e relatos orais divulgados à época. Dessa forma, compreendeu que a guerra não se devia resumir a pergaminhos de casta e a combates entre iguais, que resgatavam feitos bélicos assentes na exaltação individual. Para ele, ao elemento popular devia ser conferido a cota parte de responsabilidade de zelar pela segurança e defesa pátria. Assim, as vitórias militares obtidas em França pelos ingleses não lhe terão passado despercebidas. Especialmente as já referidas batalhas de Crécy, que seria testada em Atoleiros, e de Poitiers, no que diz respeito a Aljubarrota.

Comando em Tempo de Guerra

No contexto da Guerra da Independência (1384-1411), sobretudo entre 1384-1390, D. Nuno parece um comandante sempre a correr para a meta e que está em

todo o lado. Sôfrego pelo combate, louco nas acções desencadeadas, presente onde ‘cheira a pólvora’. Assim o vemos em todo o tipo de operações, sejam cercos, guerra guerreada, escaramuças, ardis ou emboscadas, demonstrações de força, batalhas campais. Encontramo-lo a pelejar nas imediações de Lisboa, onde D. João está a braços com apertado cerco castelhano, no Alentejo a organizar gente para a guerra, enquanto batalha a destempero no Minho e em Trás-os-Montes, na procura de submissão de praças, em Abrantes, de onde arranca para Ourém ao encontro do ‘branco no olho do inimigo’, em incursões pela raia espanhola, ainda e sempre à procura do confronto, da batalha, de desafios de adrenalina! Parece não existir ordem nem método, ponderação e bom senso, racionalidade e proporcionalidade, sobrando um egocentrismo desmedido que não pede meças à divina providência, assumido senhor do seu destino e farol da própria comunidade.

E, no entanto, estamos perante um comandante de teatro sem paralelo, a quem não se lhe conhece o sabor amargo da derrota. Porque nem sempre, e não a todos, a sorte protege os audazes, em D. Nuno há muito mais do que simples paixão pela guerra, ódio ao inimigo ou acasos na condução das operações militares. O normativo que o orientava é uma trilogia de Amor e fidelidade inegociáveis: 1) a Trindade de Deus por intercessão da Virgem Maria, que o guiava e protegia, como se uma missão divina lhe fosse cometida; 2) a Pátria, pedaço de terra herdada dos ‘Maiores’ e a defender com o sangue dos imortais; 3) o Rei, investido pela graça de Deus e representante da comunidade. Trilogia que é a seiva que lhe corre nas veias, lhe reveste a alma e o impele, como a armadura lhe protege o corpo, na bainha da espada está gravada a sua coragem e no estandarte a identidade que o reconhece e anima os seus.



D. Nuno. Pintura Museu Militar de Lisboa.

Isto está patente em toda a sua carreira, desde logo quando inflama os seus estarrecidos combatentes em Atoleiros: i) Que se encomendassem a Deus e à Virgem Maria, que os ajudaria atendendo que a sua causa era justa; ii) Estavam ali para se defenderem a si mesmos, suas casas e bens, rejeitando a sujeição em que Castela os queria colocar, contra a razão e o direito; iii) Serviam o Senhor seu rei,

esperando-os grande honra; iv) Teriam de dar tudo de si no combate, durasse o tempo que durasse.

Tão audacioso D. Nuno é na acções de comando, como duro e generoso para com os seus homens. Implacável durante o combate, é magnânimo nas vitórias e humano para com as populações, fazendo jus ao conceito agostinho de guerra justa: razões adequadas; autoridade adequada; moderação e correcção na conduta.

De temperamento arrebatado, é rápido a decidir, orientado para uma concepção estratégica marcadamente ofensiva. Operacional capaz de sentir a alma do terreno e perceber o âmago do adversário, joga na antecipação e na **Prudência da Execução**, possuindo uma racionalidade táctica predominantemente defensiva. Com a doutrina de Vegécio dentro de si, combate à luz dos elementos essenciais de combate que o são de hoje e de sempre: i) conjugar o fogo às médias e curtas distâncias, com o choque de uma falange coesa no momento do contacto; ii) imprimir velocidade nos deslocamentos, antecipando-se e surpreendendo o adversário; iii) preocupação constante de manter seguras as linhas de comunicação com a retaguarda e a ligação entre sectores da hoste; iv) protecção do dispositivo de combate, permitindo-se uma ordem de batalha plena de capacidades. Enfim, sintético na apreciação da situação e homem de poucos conselhos, é capaz de conjugação perfeita entre os objectivos a atingir, o inimigo a enfrentar, os meios existentes (humanos e materiais) e o tempo disponível.

É à luz destas características que percorremos as três batalhas que, em grande medida, definiram a carreira militar de D. Nuno, feitos por demais conhecidos e mil vezes contados e recontados.

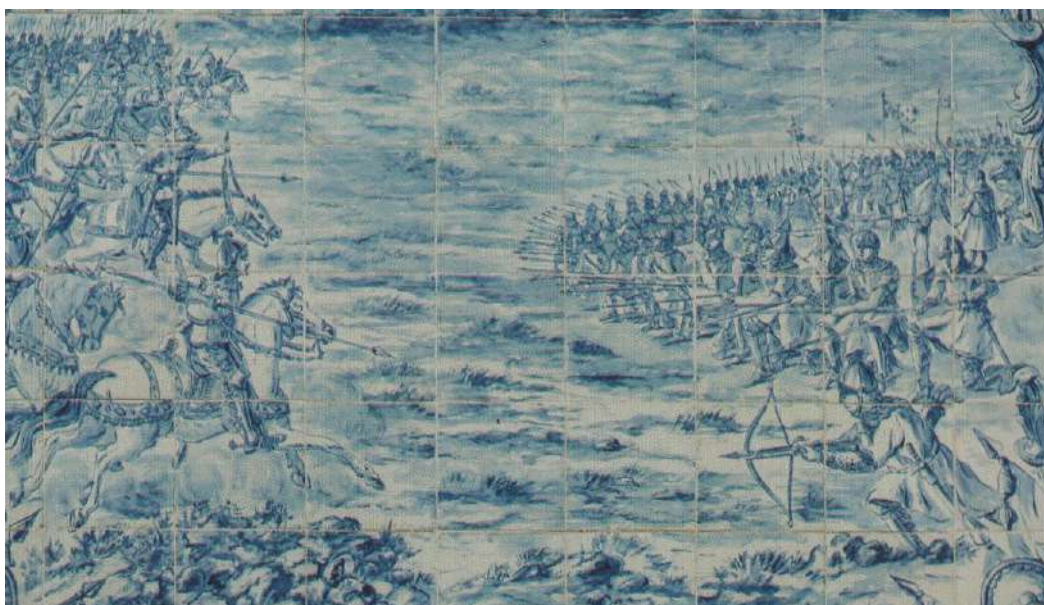
Batalha dos Atoleiros – 6 de Abril de 1384

No início de 1384, os dados estão lançados. A crise dinástica portuguesa, aberta pela morte de D. Fernando, a 22 de Outubro de 1383, evolui para uma conjuntura de guerra que opõe Portugal e Castela. D. João é «Regedor e Defensor do Reino» e Nun'Álvares o «Frenteiro d'Além Tejo».

A invasão castelhana assenta numa operação conjunta: um ataque principal pela raia da Beira Alta, um ataque secundário pelo Alto Alentejo e um bloqueio naval à cidade de Lisboa.

Do lado português, o Mestre de Avis assume pessoalmente a defesa da capital, ordenando que Nun'Álvares trave o passo no Alentejo ao ataque secundário inimigo.

Com este a invadir por Elvas, dirigiu-se na direcção de Estremoz, passando por localidades como Setúbal, Palmela, Montemor e Évora, onde o recrutamento de gente para a guerra se revelou desolador. O temor das populações era evidente: por um lado, desconhecem o jovem comandante e as capacidades militares ainda não experimentadas; por outro, temem um envolvimento explícito com o «partido do Mestre», face ao poder militar de Castela.



Batalha dos Atoleiros. Pátio dos Canhões do Museu Militar de Lisboa.

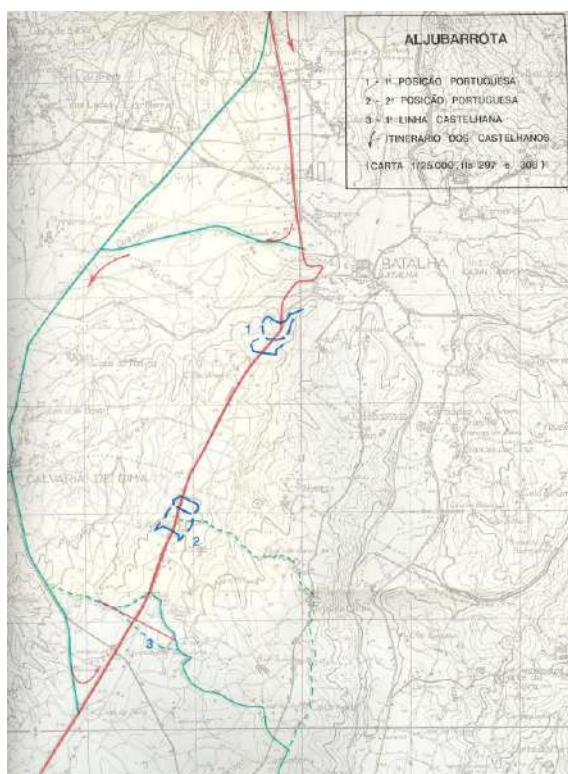
No início de Abril, quando está bivacado nas imediações de Estremoz, toma conhecimento que os castelhanos se encontram no Crato, com uma força montada de 5.000 homens. Passa revista ao seu efectivo, que conta 300 homens montados, cerca de 1.000 apeados, mal-armados e pior equipados, e 100 besteiros, a quem incute honra e valor. Avança na direcção do inimigo e escolhe terreno para a batalha, meia légua a sul de Fronteira (actual monte dos Atoleiros). Posiciona-se com a sua gente, toda apeeda, numa ondulação de terreno que confere domínio do campo, e aguarda o contacto. À confiante falange montada do inimigo, aos gritos «Castela! Santiago!», responde com a coesão das tropas organizadas em vanguarda, alas e retaguarda. À carga de cavalaria retribui, num primeiro momento, com o disparo de virotões, dardos e pedras, para então receber o remanescente da confusão em que se tornou a acção castelhana com as lanças da vanguarda que, fincadas no solo, se cravam no peito dos cavalos, desbaratando a ofensiva.

Quando, antes da batalha, Nuno Álvares vincou aos seus homens, receosos da superioridade inimiga, “amigos, ninguém duvide de mim”, sabia que o confronto em

Atoleiros ia ser conduzido em conformidade com o seu plano e nos seus tempos. Batalha que define, por si só, auréola de comandante: i) **Confiança** em si, transmitindo-a aos homens que comanda, através de inflamadas emulações guerreiras; ii) Comandar pelo **Exemplo**, ao se posicionar na linha da frente, dando o ‘peito às balas’; iii) Conhecimento do potencial inimigo, suas intenções e forma de combater (**Informações**); iv) **Iniciativa** pela escolha do terreno; **Conduta Agressiva** durante a batalha.

Nestes pressupostos está a justificação para que uma força com um potencial relativo de combate inferior na proporção de 1 para 4 tenha alcançado a vitória em cerca de 30 minutos de combate e ... sem baixas! Pela primeira vez na guerra em curso, um exército de Castela ‘atolava-se’ em terras lusitanas, D. Nuno apresentava-se como chefe militar com provas dadas, obtinha uma crescente hoste de fiéis² e tornava-se um alvo a abater.

Batalha de Aljubarrota – 14 de Agosto de 1385



Campo militar de S. Jorge. Movimentação e posicionamento de forças. Fonte: Frederico Alcides de Oliveira.

Depois do fracasso militar de 1384 e político no ano seguinte, com a aclamação do mestre de Avis como rei D. João I de Portugal, na corte castelhana de Juan I reinava o desalento.

Aí estabeleceram um novo plano: em Abril de 1385, uma frota cercou Lisboa por mar; em maio, um contingente militar terrestre de cerca de 400 lanças penetrou pela Beira, a partir de Ciudad Rodrigo; em junho, o Alentejo foi invadido, via Badajoz, e Elvas cercada. Porém, o desaire sofrido pelos castelhanos no combate de Trancoso, na Beira Alta, e o malogro do cerco de Elvas acabaram por gorar aquele ataque. Em consequência, decidiram um

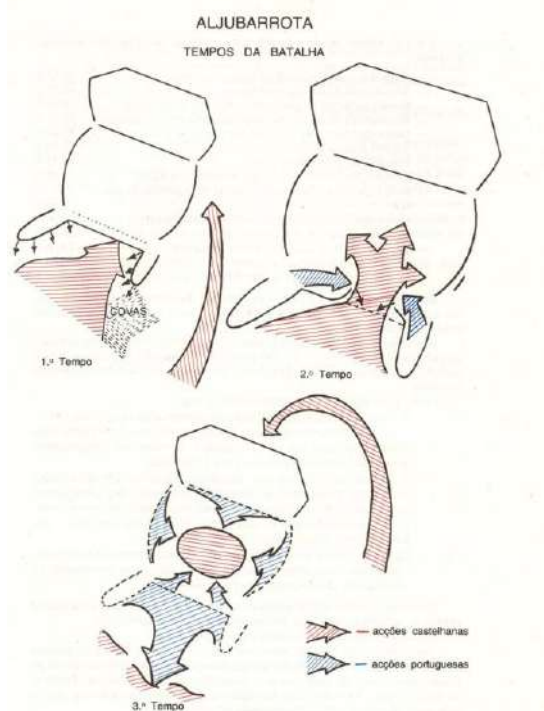
² Refere Fernão Lopes que “dhi em diante com bom desejo se vinham para ele e lhe eram obedientes em toda a cousa que lhes mandava”.

ataque unidirecional a Lisboa, definido pelo eixo de aproximação Ciudad Rodrigo-Almeida-Celorico da Beira-Viseu-Coimbra-Leiria-Alcobaça-Santarém.

Do lado português, enquanto D. João I obtém o auxílio de arqueiros ingleses, submete castelos e reúne efectivos na Estremadura, D. Nuno segue com os seus fiéis do Alentejo para Abrantes, área de expectativa estratégica. Consumada a penetração castelhana pela raia da Beira Alta, o contingente português balanceia as forças em conformidade, ou seja, marcha em direcção a Leiria, de forma a barrar a progressão castelhana em direcção a Lisboa e a provocar batalha. A esta ofensiva estratégica, aconselhada por D. Nuno, corresponde uma postura táctica defensiva, onde a preocupação central é a escolha de um terreno dominante, trabalhado taticamente, e a criteriosa implantação de um dispositivo capaz de anular o potencial numérico do adversário, canalizando-o para uma zona de morte.

Inteligência criativa da parte do condestável, que à **Audácia** de dar batalha, junta a **Prudência** de um **Planeamento** cuidadosamente elaborado, destinado a garantir a necessária **Segurança e Protecção**.

Princípios da guerra conjugados com a **Unidade de Comando**, pois D. João I é o comandante do corpo principal e D. Nuno comandante da vanguarda. **Unidade na Acção e Versatilidade**, perceptível no combate à distância executado pelos arqueiros ingleses, no combate próximo exercido pelos besteiros portugueses, na vanguarda, destinada ao combate corpo-a-corpo, e no corpo principal da batalha, a reserva destinada a culminar a capacidade de combate do adversário. Mas um comandante militar também se mede pelo **Treino, Disciplina e Flexibilidade** das suas tropas, situação visível na transladação coordenada do dispositivo de combate da primeira para a segunda posição, enquanto a hoste castelhana tornea a posição, na eficiência da **Fortificação do Terreno** à frente da posição defensiva e na firme



Fases da Batalha de Aljubarrota. Fonte: Frederico Alcides de Oliveira.

vontade de os homens combaterem à vista de um colosso militar de mais de 20.000 inimigos (**Motivação**).

«Por Portugal e São Jorge», a Batalha Real de Aljubarrota, travada entre portugueses e um contingente inglês (cifra inferior a 10.000 homens) contra castelhanos, franceses e alguns portugueses (contingente superior a 20.000 efectivos), foi de curta duração (menos de 3 horas), os combates violentos e o resultado conclusivo. A «Rainha das batalhas do Exército Português», que sustentou a independência de Portugal e definiu a sua nacionalidade.

Consumada a vitória, D. Nuno 'limpa' o campo e garante segurança. D. João I permanece três dias no campo, na expectativa de reorganização militar inimiga, e para, em conformidade com os pressupostos da época, formalizar a vitória.

Valverde – Outubro de 1385

Só por si, Aljubarrota é suficiente para emprestar uma aura de invencibilidade, mas não o suficiente para aquietar D. Nuno, a quem importa consolidar resultados. Valverde resulta de uma demonstração de força por parte do condestável, uma exploração do sucesso onde joga com o factor psicológico de uma auréola de respeito e temor que lhe é reconhecida. De tal forma que a partir da zona de Estremoz espicaça os Mestres de Santiago e de Alcântara que se prevenissem, porque ia penetrar território castelhano. Assim, em Outubro desse ano assume a iniciativa da guerra e cruza o Guadiana perto de Badajoz, à frente de um corpo de mil cavalos, dois mil infantes e alguns besteiros. Percorreu 30 léguas e uma série de povoados, sendo-lhe negada a batalha de desforra que ele mesmo provocou. Foi uma operação arriscada e mal medida que quase redundou em desastre, pois acabou fixado na região de Mérida por um contingente volumoso, quando se preparava para cruzar o Guadiana e reentrar em Portugal.

Da provável derrota, à vitória



D. Nuno a orar, antes da Batalha de Valverde.
Painel de azulejos, Cernache do Bonjardim.

impossível. Com a hoste algo desfasada e a ser batida pelo inimigo, o desastre só não acontece porque a crença do condestável na vitória é tão inabalável que os seus homens acreditam na impossibilidade de outro resultado que não esse. E, de facto, depois de recuar para defender a retaguarda, reorganizar e ... rezar demoradamente, acomete o centro de gravidade do adversário, isto é, a hierarquia de comando, provocando a morte do mestre de Santiago, decidindo a sorte de uma longa, confusa e mortífera batalha.

Permite-se depois efectuar o que não lhe foi possível em Atoleiros e Aljubarrota, devido ao cair da noite, à necessidade de consolidar o campo de batalha e reorganizar o dispositivo: a exploração do sucesso.

Valverde, que teve um feliz desenlace, não foi o primeiro momento em que D. Nuno perdeu a iniciativa e se viu em aperto. Em Setembro de 1384, regressado ao Alentejo após Atoleiros, e depois de tomar o castelo de Monsaraz, bivaca em Évora. Aqui toma conhecimento que um contingente castelhano com 2.500 lanças, 600 ginetes e demais peões e besteiros, se tinha aquartelado no Crato, com ordens para o eliminar e depredar o Alentejo. Provocado por Pero Sarmiento e o prior do Hospital, marcha na sua direcção e organiza as 530 lanças e cerca de 5.000 peões e besteiros para a batalha junto à ribeira do Divor. Na sua mente, Atoleiros repetir-se-ia. Porém, os castelhanos manobraram no sentido de um cerco, decididos a estrangular pela fome. Percebendo o engodo, e com a sua hoste em dificuldades, D. Nuno foi obrigado a romper o cerco de noite e a retirar sob pressão para Évora, perdendo metade dos efectivos na manobra táctica.

Em síntese, se Aljubarrota representa a coroa de glória estratégica do condestável, Atoleiros releva a inovação táctica do Fronteiro do Alentejo e Valverde representa a audácia ofensiva de um chefe militar predestinado que consolida o devir «Lusitano».

A Dupla Genial

Nesta conjuntura, há ainda um aspecto a enaltecer: a relação entre o rei D. João I e o condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Talvez nunca, como à época, um líder político e um chefe militar cooperaram de forma tão estreita, leal e eficaz em prol dos superiores desígnios da comunidade. No temperamento ponderado e na racionalidade política de D. João I entronca o dinamismo e a coragem militar de D. Nuno. Ambos são filhos ilegítimos, com idades

aproximadas. Enquanto D. João, filho do rei D. Pedro I, abraça o mestrado da Ordem Militar de Avis, D. Nuno, filho de D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital, toma contacto com uma ordem de vocação mais monástica. Quando eclode a crise, após a morte de D. Fernando, D. Nuno apoia de imediato a ‘candidatura’ do Mestre de Avis ao trono, contrariando a legitimidade de D. Beatriz, a presunção de D. Dinis e D. João, filhos de D. Pedro I e Inês de Castro, e a opinião dos irmãos Pedro e Diogo Álvares Pereira, que abraçam o campo castelhano³.

Entretanto, o Mestre de Avis é nomeado «Regedor e Defensor do Reino» e D. Nuno apresenta-se ao serviço, merecendo a confiança de defesa do território alentejano. A cooperação e coordenação de esforços e vontades é de tal forma, que a ameaça que ressoou em Portugal em 1384 foi debelada em Lisboa, onde D. João resistiu ao cerco castelhano, e na raia alentejana, onde D. Nuno impediu que um corpo de tropas percorresse as pradarias para juntar esforços à prova de força exigida em Lisboa. Após as Cortes de Coimbra, onde D. João foi aclamado rei de Portugal, este escolhe D. Nuno para condestável, ao arrepio da opinião de nobres mais avançados na idade e experientes «nas coisas» da guerra⁴.

Dois homens que se complementam, orientados para o mesmo objectivo: garantir a independência Nacional lutando contra Castela e metade de Portugal. D. João é rei aos 28 anos, que decide ponderando pareceres dos seus pares, D. Nuno é condestável aos 25, um homem de acção, pouco atreito a indecisões. Doravante, o destino do Reino compete-lhes, constituindo Aljubarrota a prova de fogo.

Depois, em Valverde, quando D. Nuno dá provas da vitalidade militar portuguesa atacando no território adversário, o rei reorganiza politicamente o Estado e negocia casamento com a Casa de Lencastre, firmando, posteriormente, o Tratado de Windsor, aliança política com a Inglaterra de cariz estrutural.

³ Pedro foi dos poucos sobreviventes na batalha dos Atoleiros. Nomeado Mestre de Calatrava por Juan I, morreu na de Aljubarrota, de queda de cavalo, consumada a derrota e depois de acometer a retaguarda do dispositivo português. Diogo, comendador da Ordem de Santiago, combateu e também morreu na batalha de Aljubarrota.

⁴ É o próprio Fernão Lopes que refere a opinião dada por João das Regras ao Mestre, quando este o nomeia fronteiro do Alentejo, de que «era muito contra isto, dizendo que para tamanho encargo cumpria mandar um homem de madura autoridade, muito avisado, e sabedor de guerra; de mais que Nun’ Álvares trazia seus irmãos com os inimigos».

Um processo que trouxe a Portugal John de Gaunt, duque de Lencastre e filho de Eduardo III, a partir de finais de 1386, acompanhado de um forte contingente bélico. Além do acordo nupcial, os dois homens celebraram em Babe/Bragança (26 de Março de 1387) um tratado de amizade perpétua e de cooperação militar e apoio



Painel de azulejos alusivo ao Tratado de Babe/Bragança 1387.
Câmara Municipal de Bragança

às pretensões do inglês à coroa castelhana, que levou a guerra para a Galiza e o território leonês confinante com Trás-os-Montes e a Beira⁵. Contexto em que D. João I tem ao seu lado a confortável presença do seu condestável.

Mesmo na conquista de Ceuta, D. João I não prescinde dos préstimos de D. Nuno, onde os seus conselhos são atendidos e a sua presença é galvanizadora, não se furtando, inclusivamente, a participar activamente nos combates, apesar dos seus provectoros 55 anos de idade.

Relação comprometida, mesmo que por vezes com opiniões diferentes e algumas contradições. D. João é rei, mas D. Nuno, além de condestável, tem uma hoste que lhe obedece, vontade própria e ideias fixas. Isso é particularmente visível no conselho de Abrantes, antes de Aljubarrota. Contrariando a opinião dominante,

⁵ A escritura do Tratado releva dois factos explícitos e um implícito: explicitamente, John de Gaunt assume-se, juntamente com a esposa Catarina, rei de Castela e de Leão por direito próprio, e elogia os méritos políticos e militares do rei de Portugal, vincando a desistência de todo e qualquer direito em Portugal; implicitamente, espera que a amizade mútua existente entre Portugal e a Inglaterra e, em particular, entre os dois homens, capte de Portugal o apoio militar imprescindível para resgatar, em proveito próprio, o trono de Castela das mãos de Juan I. Assim se explica que, após o Tratado, os dois grupos passem pelo rio Maças, atravessem a fronteira e, numa clara manifestação de força, ocupem povoados, passem por Alcañices, cerquem Benavente e ataquem Astorga. Mas como Juan I não oferecia combate, resguardando as suas forças nas fortalezas, a possibilidade do duque de Lencastre se instalar nos seus domínios foram esmorecendo. Entretanto, aproveitando «os ventos favoráveis», D. João I celebrou pazes com Juan I de Castela, em 29 de novembro de 1389, renovadas com o sucessor, Henrique III, no ano seguinte.

John de Gaunt decidiu, então, afastar-se das pretensões ao trono de Castela e, em 1393, casou a filha Catarina de Lencastre com o monarca castelhano. Assim, os Lencastre instalavam-se na corte dos dois reinos peninsulares

afirma que “não vamos fazer uma guerra guerreada, não vamos destruir as oliveiras em Sevilha, vamos direitos ao inimigo, porque temos de o vencer numa batalha decisiva”. E, assim, sem esperar pela decisão estratégica do rei, afasta-se à procura de campo onde dar batalha, acompanhado de quantos lhe garantiam obediência e com ele estavam disponíveis a partilhar dessa ... loucura. D. João I acaba por aceitar os seus argumentos e seguir no seu encalço.

No cerco da praça castelhana de Cória, montado pelo rei em 1386, D. Nuno, apesar de manter as suas forças preparadas para o assédio, retirou-se do campo, alegando que se tratava de uma operação militar inútil e votada ao insucesso, pois faltavam máquinas de sítio e o melhor seria praticar uma guerra guerreada na área. O cerco a Cória não resultou, realmente. A par de outros episódios ocorridos⁶, ressaltando que os principais diferendos verificados entre os dois homens revelar-se-ia mais de carácter político e patrimonial, que de ordem militar.

Na verdade, nas operações de cerco a praças-fortes são visíveis as diferenças de metodologia. Nomeadamente depois de Aljubarrota, quando se impõe a necessidade de submeter as que persistiam no apoio ao rei castelhano.

Para D. Nuno, em que era mais usual estar com a presença do rei ou a seu mando, os cercos não eram de todo o ‘canteiro’ operacional onde se sentisse mais confortável, fosse pelo tempo excessivo que levavam, pelos elevados custos humanos que representavam e, até, por achar que não eram dignos para se morrer ... com honra. “Combater contra as paredes” não era compaginável com a adrenalina que lhe corria nas veias. Raramente faz cercos prolongados ou se empenha num ataque frontal decidido a levar de vencida a resistência dos sitiados. Prefere manobrar nas imediações, sangrar as regiões, isolar as guarnições e impor preitezia, como Bragança (1386), por exemplo. Por vezes recorre a ardis ou gente infiltrada, que facilita a submissão sem combate, como em Monsaraz (Setembro de 1384) ou Portel (Outubro de 1384).

A par do referido episódio campal do Divor, foi nos cercos que D. Nuno se viu obrigado ao opróbrio da retirada sem glória, como aconteceu perante os castelos de Monforte (Abril de 1384) e de Vila Viçosa (Dezembro de 1384).

⁶ Em 1396, começou por recusar acudir à violenta incursão de Martim Vasques da Cunha e outros capitães contra Viseu; em 1398, optou por auxiliar a Beira, assolada pelo infante D. Dinis, antes de acorrer ao monarca, em dificuldades na Galiza; em 1389, avançou para Castelo Branco, contra o mestre de Alcântara, antes de se dispor a socorrer D. João I em Tui.

Já em D. João I, a tenacidade nas operações de cerco era levada, por vezes, até ao limite, onde se empenha denodadamente, quantas vezes através de ataques frontais. O que se compreende, pois como soberano as suas preocupações e ambições eram mais amplas, a tomada de castelos constituía a afirmação e garantia de soberania política sobre o território que tutelava. Porque convém ter presente que, depois de Aljubarrota, a continuação da guerra assenta agora no programa régio de submissão de praças-fortes e manifestações de força em território castelhano. O que fica clarificado com a sua presença em cerca de dezena e meia de grandes operações de assédio.

Concordaram nos momentos decisivos. No limite, D. João não prescinde do condestável, confia nele, dá-lhe liberdade actuante, é o seu homem de mão. D. Nuno é de personalidade difícil, mas lúcido, eclético e com sentido da oportunidade, mas conscientemente escrupuloso e ciente dos deveres para com a causa e o monarca.

Sem D. João, talvez não existisse D. Nuno; sem D. Nuno, dificilmente existiria D. João I, até porque ainda está para se aferir quanto valeria por si só D. Nuno em termos de potencial relativo de combate.

D. Nuno Álvares Pereira, com D. João I, materializou a Nação, onde o “homem de pé terra” lutou pela Pátria dos “egrégios avós”. Foi esta dupla que terá faltado na crise de 1578-1580, quando a Espanha dos filipes abraçou Portugal e definiu a União Ibérica. Entre outros factores, D. António Prior do Crato não era D. João Mestre de Avis e não teve ao seu serviço um comandante militar com o nervo de D. Nuno Álvares Pereira.

Considerações Finais.

D. Nuno Álvares Pereira foi um comandante de teatro arrojado, mas também ponderado, experiente e conceituado. Se tivéssemos de o caracterizar como comandante militar resumíamo-lo a uma frase: **estrategicamente rápido a decidir; tacticamente prudente a executar.**

D. Nuno, a quem podemos aplicar as derradeiras palavras bíblicas do Apóstolo São Paulo no final da sua epopeia evangelizadora: “Combati o bom combate, terminei a minha jornada, guardei a fé. Agora só me resta a coroa da justiça que o Senhor, justo Juiz, me entregará ...”.

Bibliografia de Referência

- AA.VV. – *Nuno Álvares Pereira. Homem, Herói e Santo*. Lisboa: Universidade Lusíada/Ordem do Carmo, 2009.
- ANÓNIMO – *Cronica do Condestabre de Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1969.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.
- LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da boa memória*. Parte Primeira, edição preparada por Anselmo Braancamp Freire; e Parte Segunda, edição preparada por William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.
- GOUVEIA, Alexandre Patrício – *O Início da Crise 1383-1385. A Batalha dos Atoleiros*. Prime Books, 2023.
- LOUSADA, Abílio Pires – *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal*. Barcarena: Manuscrito, 2018.
- LOUSADA, Abílio Pires, ESCORREGA, Luís Falcão e MENEZES, António Pedro – *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*. Lisboa: Jornal do Exército, 2011.
- MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro-Senhor Feudal-Santo. Os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017.
- _____ – *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.
- NUNES, António Pires – “D. João e D. Nuno, Chefes Militares em Fernão Lopes”. In *Revista Militar*, N.º 1/2, Janeiro/Fevereiro de 1986.
- OLIVEIRA, Frederico Alcides – *Aljubarrota Dissecada*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1979.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos – *Abordagem Estratégica da Guerra da Independência*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1986.